

Plano de Manejo do Parque Natural Municipal do Horto dos Contos

Produto 1: Plano de Trabalho - Outubro de 2025



PREFEITURA
**OURO
PRETO**
O futuro é feito agora

Ficha Técnica

A elaboração do Plano de Manejo é coordenada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura Municipal de Preto e conta com consultoria técnica da Risco Arquitetura Urbana resultante do processo licitatório nº 126/2025

Prefeitura Municipal de Ouro Preto

CNPJ: 18.295.295/0001-36



Prefeito Municipal

Angelo Oswaldo de Araújo Santos



Secretario Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Francisco de Assis Gonzaga da Silva

Coordenação do processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque Horto dos Contos

Pedro Rodrigues

Simone Fernandes Machado

Consultoria

Risco Arquitetura Urbana

CNPJ nº 11.509.268/0001-70

CAU PJ nº 13404-0

RISCO

arquitetura urbana

contato@riscoau.com

www.riscoarquiteturaurbana.com.br



O trabalho da Risco Arquitetura Urbana está licenciado com uma Licença Creative Commons

Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional.

INDICE

Apresentação.....	4
* 4	
1 Introdução e contextualização.....	6
1.1 Legislação Federal.....	6
1.2 Unidades de Conservação em Ouro Preto.....	7
1.3 Parque Municipal Horto dos Contos.....	10
1.4 Leitura preliminar da situação da cobertura de solo em Ouro Preto.....	12
2 Etapas e metodologia detalhada.....	17
2.1 Reuniões de Coordenação (RCs).....	17
2.1.1 Reunião de partida para planejamento dos trabalhos e integração (RC1)	
18	
2.2 Atividade de Campo.....	18
2.2.1 Visita de reconhecimento do Parque (AC1).....	18
2.2.2 Levantamento de Campo na Unidade de Conservação e entorno para	
diagnóstico (AC2).....	19
2.2.3 Ações Participativas.....	19
3 Diagnóstico.....	24
3.1 Diagnóstico Socioeconômico.....	24
3.1.1 Situação socioeconômica e territorial.....	25
3.1.2 Infraestrutura.....	26
3.1.3 Educação ambiental e interpretação ambientalista.....	27
3.1.4 Diagnóstico de uso público.....	27
3.1.5 Diagnóstico institucional e gerencial.....	28
3.1.6 Diagnóstico do meio abiótico.....	31
3.1.7 Diagnóstico do meio biótico.....	33
3.1.8 Mapas.....	35
4 Zoneamento do Parque.....	38

5	Planejamento Estratégico	39
5.1	Plano de ação para o Parque Natural Municipal Horto dos Contos.....	41
5.1.2	Programa de visitação pública	43
5.1.3	Programa de educação e interpretação ambientalista.....	44
5.1.4	Programa de Integração com o interior e entorno Relações Públicas:..	44
5.1.5	Programa de operacionalização.....	45
5.1.6	Programa de pesquisa e monitoramento ecológicos.....	48
6	Resumo Executivo	48
7	Aspectos preliminares relativos à legislação	49
8	Anexo 1: Identidade Visual e Material de Divulgação	52
9	Anexo 2: Pesquisa de Percepção Ambiental	54
10	Cronograma	54

FIGURAS

Figura 1-1-1 Localização da Unidade de Conservação no Município.....	9
Figura 1-1-2 Perímetro da Unidade de Conservação	10
Figura 1-1-3 Perímetro da Unidade de Conservação e entorno imediato com nome das vias e principais lugares.	11
Figura 1-1-4 Cobertura do solo em Ouro Preto (1985).....	14
Figura 1-1-5 Cobertura do solo em Ouro Preto (2024).....	15
Figura 1-1-6 Desmatamento acumulado em Ouro Preto (1985-2024).....	16
Figura 8-1 Página na internet (exemplo)	52
Figura 8-2 Arte gráfica e identidade visual	53

QUADROS

Apresentação

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, as políticas públicas territoriais e ambientais brasileiras contam com o acúmulo de significativos avanços nos campos teórico, normativo e institucional. Este cenário renovado possibilitou, também, a ampliação das práticas de manejo, conservação e restauração ambiental, caminho para a construção de uma sociedade ambientalmente mais justa, equilibrada e capaz de buscar alternativas frente à urgência da crise climática e do colapso ambiental global que vivemos no presente.

Para o presente trabalho, assume fundamental importância o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei Federal nº 9.985, de 2000, que instituiu os Planos de Manejo para as Unidades de Conservação, além de prever o planejamento participativo como método de fundamental relevância para gestão pública ambiental.

O presente documento apresenta o **Plano de Trabalho para o processo de elaboração do Plano de Manejo do Parque do Horto dos Contos**, Unidade de Conservação municipal, de proteção integral, localizada na parte central de Ouro Preto, estruturado com o seguinte conteúdo: Introdução e contextualização; Metodologia técnico participativa e detalhamento das etapas de diagnóstico, zoneamento e planejamento estratégico do Plano de Manejo; e Cronograma de execução (incluindo datas preliminares para realização das atividades de campo; oficinas, reuniões, seminários, aplicação de questionários, apresentação de relatórios e produtos etc.);

*

Antes de detalharmos o presente Plano de Trabalho, faz-se fundamental dar destaque ao contexto da situação climática global em que nos encontramos. Nosso presente está determinado pelo processo descontrolado de predação da vida decorrente da atividade humana sobre o Planeta Terra, responsável pelo declínio acentuado da biodiversidade e o acúmulo e desequilíbrio dos Gases de Efeito Estufa (GEE) na atmosfera, alterando profundamente sua composição e, por consequência, os regimes climáticos, resultando no aumento das temperaturas em todo o planeta e a recorrência de eventos extremos.

As questões climática e ecológica se tornam, hoje, portanto, elementos da maior importância para todos os campos do planejamento e da gestão pública e, no sentido amplo, para toda população do planeta que vive sob a recorrência cada vez mais frequente de eventos extremos.

Sobre a qualificação, quantificação e o detalhamento deste quadro, os últimos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC)¹ – hoje o principal organismo internacional e referência no tema –, atestam as proporções e a urgência. As últimas publicações do Painel nos alertam que a velocidade do aumento da temperatura global está fora do controle e que já vivemos o processo avançado de colapso ambiental, em muitos casos irreversível, em todo o Planeta Terra. Como evidencia, podemos citar o aumento da temperatura média anual registrada nos últimos 12 meses, que ultrapassou 1,5Cº², limite de segurança definido pelo Acordo de Paris, e que deveria ser atingido somente em 2030 antes de iniciar sua queda.

Agindo no presente e localmente, o Plano de Manejo do Parque do Horto dos Contos poderá torna-se ferramenta de grande importância para a gestão pública, promovendo a conservação da biodiversidade de seu território, em uma Unidade de Conservação localizada bem no centro da área urbana, ou seja, em contato direto com o maior adensamento populacional do território municipal e com grande interação com a população humana local.

¹Relatório Síntese publicado em 2023 disponível em <https://www.ipcc.ch/reports/> <acessado em 20/06/2024>

² As temperatura medidas anuais registradas para o ano de 2024 ficaram mais de 1,5Cº acima da média pré-industrial, segundo o programa Copernicus e a Bearkley Earth. As médias parciais para 2025 apontam que este será o segundo ou terceiro ano mais quente da história.

1 Introdução e contextualização

1.1 Legislação Federal

A Constituição Federal de 1988, em seu capítulo VI “Meio Ambiente”, artigo nº 225, determina que é imposto “ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo (o meio ambiente) e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Para tanto, objetivando a operacionalização das políticas de conservação e restauração do meio ambiente, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Lei nº 9.985 de 2000), estabeleceu as definições para Unidade de Conservação, Manejo e Plano de Manejo, conforme o texto seguinte:

Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - **Unidade de conservação**: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção

...

VIII - **manejo**: todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas;

...

XVII - **plano de manejo**: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade;

A lei define, ainda, dois grandes grupos para as Unidades de Conservação: Proteção Integral e Usos Sustentável (Art. 7º). O Parque do Horto dos Contos, classificado como Parque Natural, integra o grupo de Proteção Integral.

1.2 Unidades de Conservação em Ouro Preto

O município de Ouro Preto possui em seu território 13 diferentes Unidades de Conservação, conforme detalhamento apresentado nos quadros e figura, à seguir. Durante a elaboração do Plano de Manejo, será considerado o contexto de relação com as demais Unidades de Conservação.

Quadro 1-1 Unidades de Conservação em Ouro Preto - esfera, grupo e categoria

Nome da Unidade de Conservação	Esfera	Grupo	Categoria
Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora Da Lapa	Municipal	Proteção Integral	Monumento Natural
Parque Natural Municipal De Cachoeira Do Campo	Municipal	Proteção Integral	Parque
Parque Natural Municipal Do Horto Dos Contos	Municipal	Proteção Integral	Parque
Parque Natural Municipal Das Andorinhas	Municipal	Proteção Integral	Parque
Monumento Natural Municipal Arquelógico Do Morro Da Queimada	Municipal	Proteção Integral	Monumento Natural
Estação Ecológica Do Tripuí	Estadual	Proteção Integral	Estação Ecológica
Parque Nacional Da Serra Do Gandarela	Federal	Proteção Integral	Parque
Parque Estadual Do Itacolomi	Estadual	Proteção Integral	Parque
Parque Estadual Serra Do Ouro Branco	Estadual	Proteção Integral	Parque
Monumento Natural Estadual De Itatiaia	Estadual	Proteção Integral	Monumento Natural
Área De Proteção Ambiental Cachoeira Das Andorinhas	Estadual	Uso Sustentável	Área de Proteção Ambiental
Reserva Particular Do Patrimônio Natural Vale Verde	Estadual	Uso Sustentável	RPPN
Floresta Estadual Do Uaimii	Estadual	Uso Sustentável	Floresta

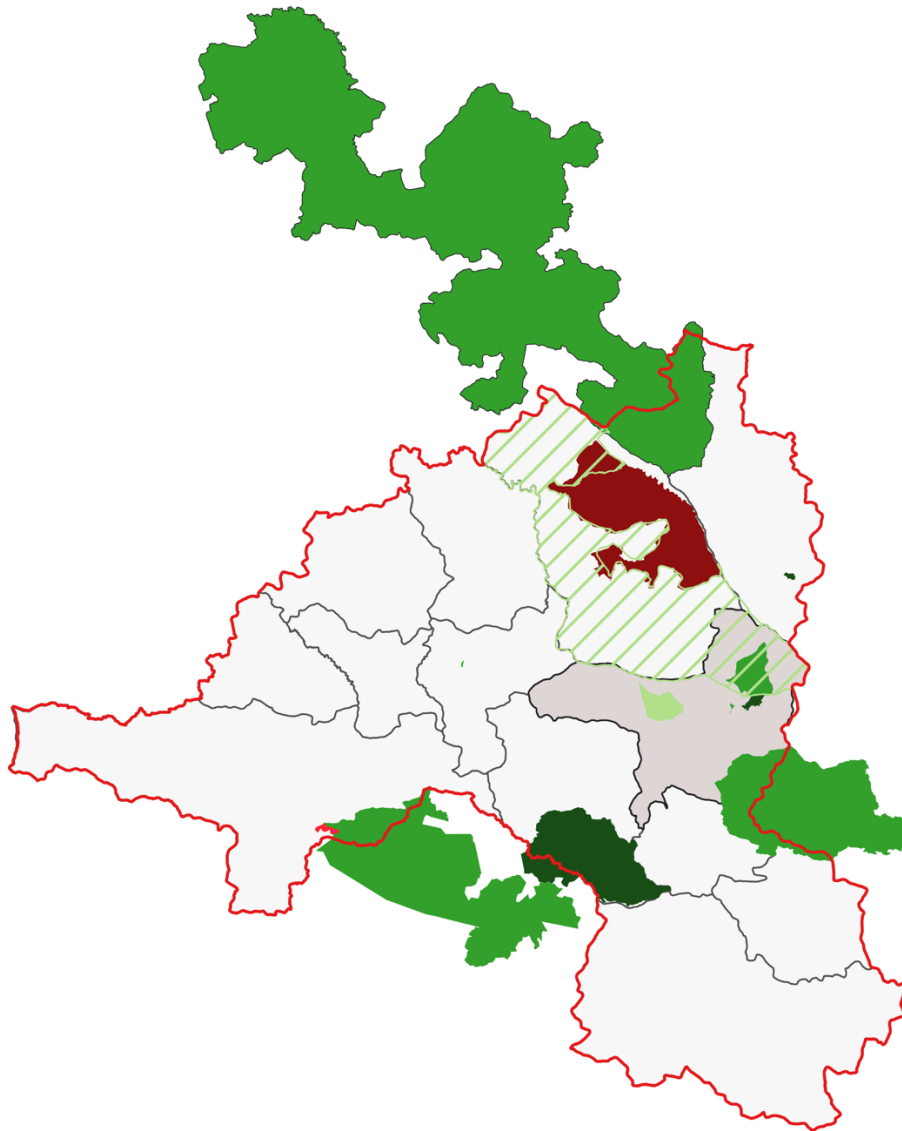
Fonte: ICMBio 2025, Elaboração RiscoAU,2025


Quadro 1-2 Unidades de Conservação em Ouro Preto - área e ano de criação

Nome UC	Data e ano de criação	há total
Monumento Natural Municipal Gruta Nossa Senhora Da Lapa	05-01-2012	25.99
Parque Natural Municipal De Cachoeira Do Campo	15-09-2011	20.62
Parque Natural Municipal Do Horto Dos Contos	02-04-2012	5,6
Parque Natural Municipal Das Andorinhas	01-10-2008	-
Monumento Natural Municipal Arqueológico Do Morro Da Queimada	30-12-1968	552.68
Estação Ecológica Do Tripuí	07-01-2009	66.56
Parque Nacional Da Serra Do Gandarela	25-04-1978	370.86
Parque Estadual Do Itacolomi	22-10-2003	4443.12
Parque Estadual Serra Do Ouro Branco	14-10-2014	31270.6
Monumento Natural Estadual De Itatiaia	15-06-1967	5996.39
Área De Proteção Ambiental Cachoeira Das Andorinhas	22-09-2009	7523.21
Reserva Particular Do Patrimônio Natural Vale Verde	22-09-2009	3216.85
Floresta Estadual Do Uaimii	17-10-1989	14269.36

Fonte: ICMBio 2025, Elaboração RiscoAU,2025

Figura 1-1-1 Localização da Unidade de Conservação no Município



- | | | | |
|---|------------------|---|--|
|  | Limite Municipal |  | Unidades de Conservação |
|  | Limite Distritos |  | Área de Proteção Ambiental |
|  | Distrito Sede |  | Estação Ecológica |
| | |  | Floresta |
| | |  | Monumento Natural |
| | |  | Parque |
| | |  | Reserva Particular do Patrimônio Natural |

Fonte: ICMBio 2025, Elaboração RiscoAU,2025

1.3 Parque Municipal Horto dos Contos

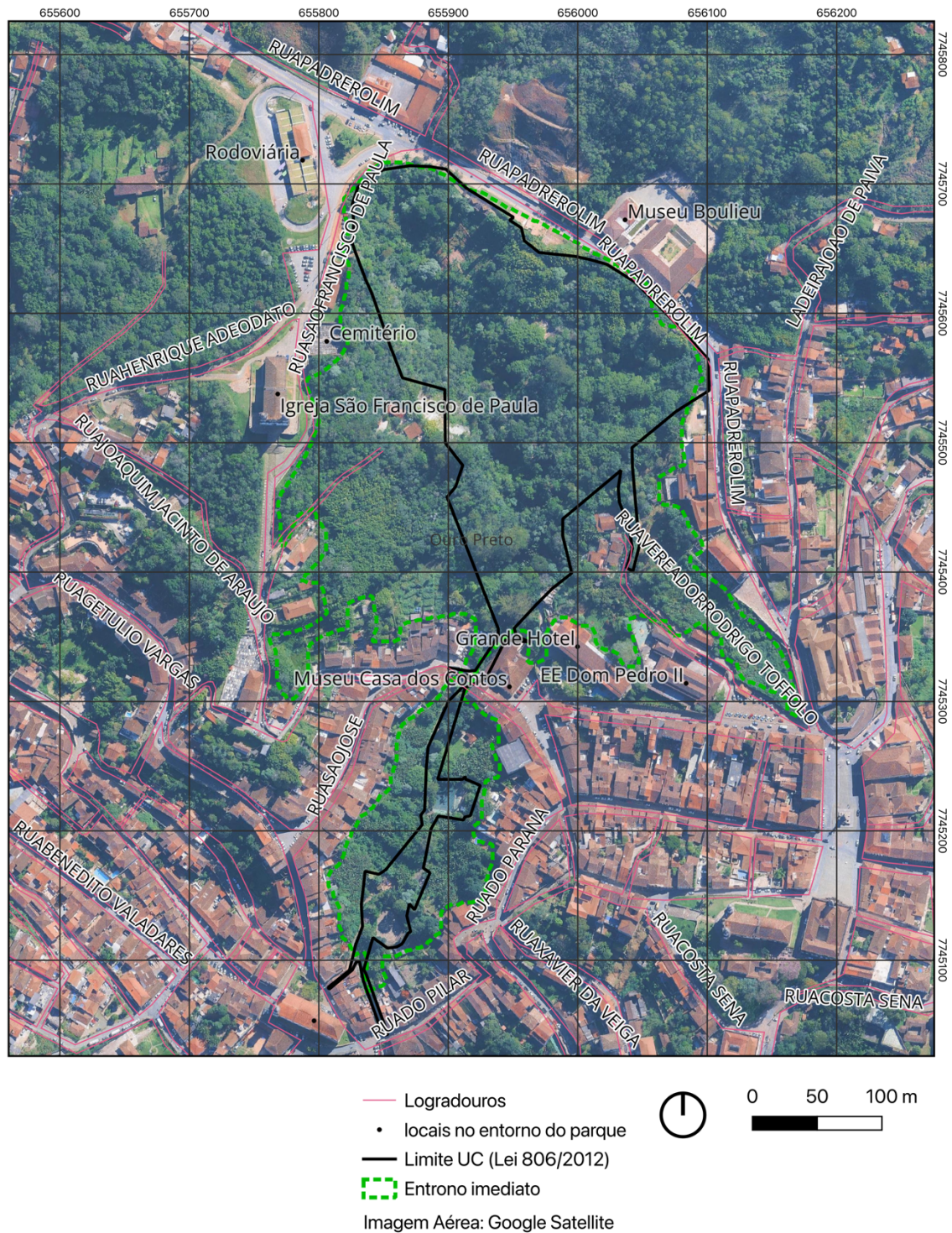
A Lei Municipal 806 de 2012 criou o Parque Natural Horto dos Contos como logradouro público, totalizando área total de 5,5917 Ha e perímetro de 2.105,28 metros lineares. O parque está situado nos fundos dos imóveis localizados na Rua São José, Rua Randolpho Bretas, Praça Américo Lopes, Rua do Pilar, Rua do Paraná e na Praça Silviano Brandão, cuja descrição perimétrica consta em planta e memorial descritivo anexos à lei (Ver Figuras 1.2 e 1.3).

Figura 1-1-2 Perímetro da Unidade de Conservação



Fonte: PMOP, 2012 e Lei Municipal 806/2012 – Elaboração: Risco Arquitetura Urbana, 2026

Figura 1-1-3 Perímetro da Unidade de Conservação e entorno imediato com nome das vias e principais lugares.



Fonte: PMOP, 2012 e Lei Municipal 806/2012 – Elaboração: Risco Arquitetura Urbana, 2026 no QGIS 4.22

Destaca-se, na implantação do Parque Natural Horto dos Contos, a centralidade em relação ao distrito Sede do município e ao centro urbano, histórico e turístico de Ouro Preto. Tal configuração, confere a esta Unidade de Conservação uma característica muito importante como elemento de ampliação da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental do centro urbano.

Ainda em relação a sua implantação, destaca-se que este Parque serve também como importante conexão de pontos do município. Hoje acessível na porção norte, através da rua Padre Perolim, próxima à Rodoviária; na porção sul, por viela de pedestres acessada pela Rua do Pilar, próxima da Basílica do Pilar, e em sua porção central através de acesso interno ao Museu da Casa dos Contos. O Parque possui ainda duas entradas inativadas.

Assim, estão hoje conectadas para fluxo de pedestres, três partes importantes do município, que servem a uma grande diversidade de fluxos de pedestres, conferindo ao parque, portanto, além da função primordial ambiental, uma função estratégica a mobilidade ativa do município, que tem reconhecidamente os fluxos motorizados como problema.

1.4 Leitura preliminar da situação da cobertura de solo em Ouro Preto

Para elaboração de seu Plano de Manejo, a Unidade de Conservação do Parque Horto dos Contos deverá ser compreendida no contexto geral do município, com isso, entendendo a sua relação com as demais Unidades de Conservação e com os remanescentes florestais e biodiversos do território municipal. Para isso, esse tópico apresenta uma brevíssima leitura dos usos do solo em Ouro Preto, com destaque para a sua cobertura vegetal bem como para as atividades que em tendência diminuem a biodiversidade.

Em relação a situação geral do uso do solo no território do município, segundo dados do Mapbiomas, a cobertura florestal passou de 62.330 há., em 1985, para 55.710 há., em 2024, uma redução equivalente a 11% das florestas existentes no território municipal. No mesmo período podemos observar a transição da área não vegetada, composta pelas áreas urbanas e pelas áreas de mineração, de 3.457 há, em 1985, para 8.448 há. em 2024, uma expansão equivalente a 145%.

O desmatamento acumulado no período (1985 a 2024) é de 19.219 há., valor muito expressivo se comparado ao atual total remanescente de florestas de 55.710 há., equivalendo a 35% deste³.

No mesmo período observa-se grande expansão da área minerária e o surgimento da silvicultura, está última concentrada no extremo sul do município.

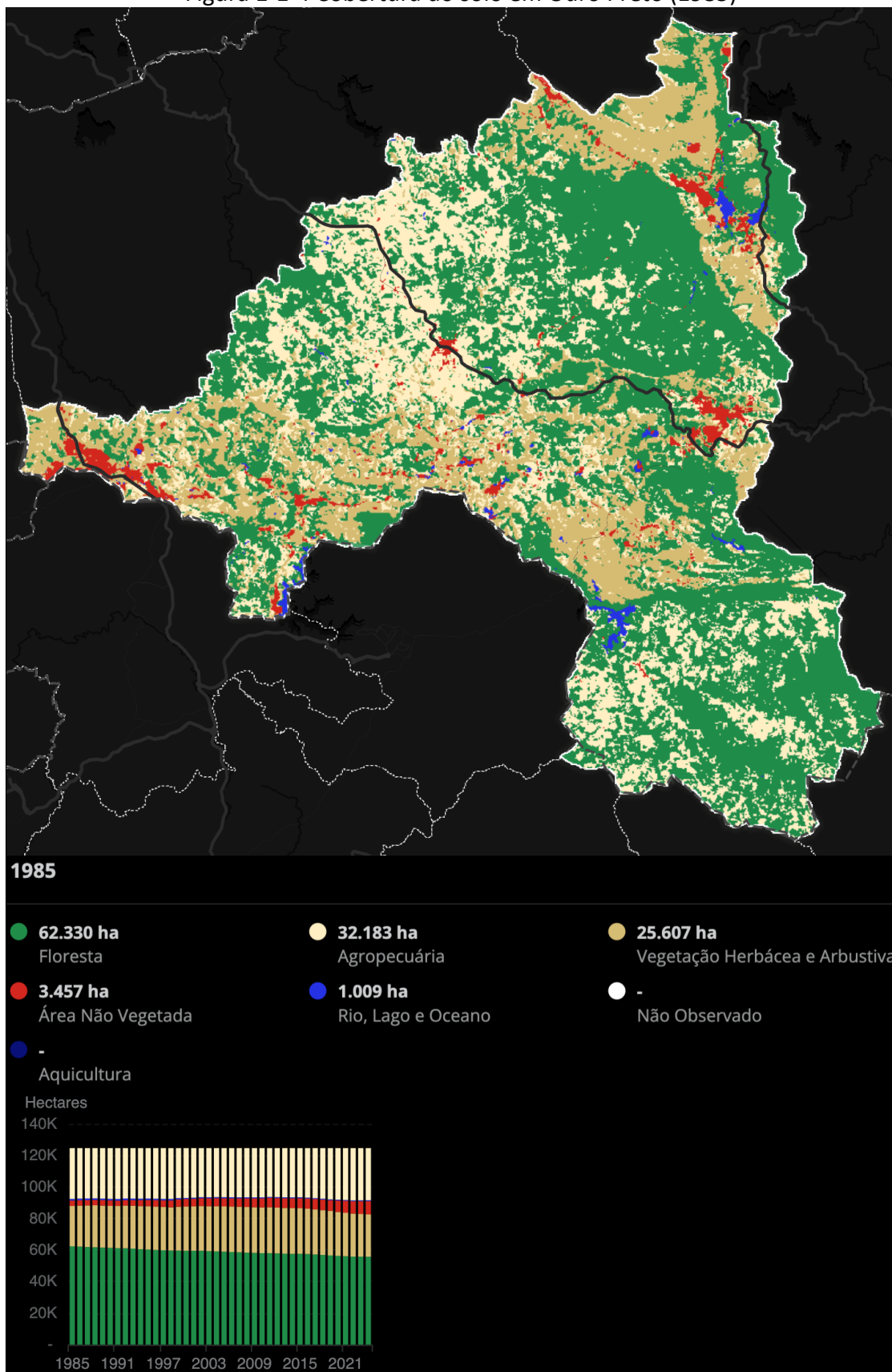
As figuras apresentadas a seguir, retiradas do Mapbiomas, ilustram a evolução do uso do solo em Ouro Preto nas últimas 4 décadas.

Ao observarmos os dois mapas das Figuras 1-4 e 1-5, é possível notar grande expansão das áreas não florestadas (mancha vermelha) nos extremos norte e oeste do município, em decorrência do avanço da mineração nos últimos quarenta anos. Observa-se também uma migração de parte da atividade agropecuária para o extremo sul do município, com o surgimento da silvicultura, também no extremo sul.

Finalmente, quando observamos os locais onde houve desmatamento (Figura 1-6), no mesmo período, é possível notar que ele ocorreu de forma dispersa e quase homogênea em quase todo o território municipal, com algum destaque para áreas do extremo norte e oeste, onde também ocorreu o avanço da mineração. Quanto ao volume ano a ano, observa-se certa constância e regularidade, entre 1985 e 2024, totalizando 19.219 hectares de áreas desmatadas.

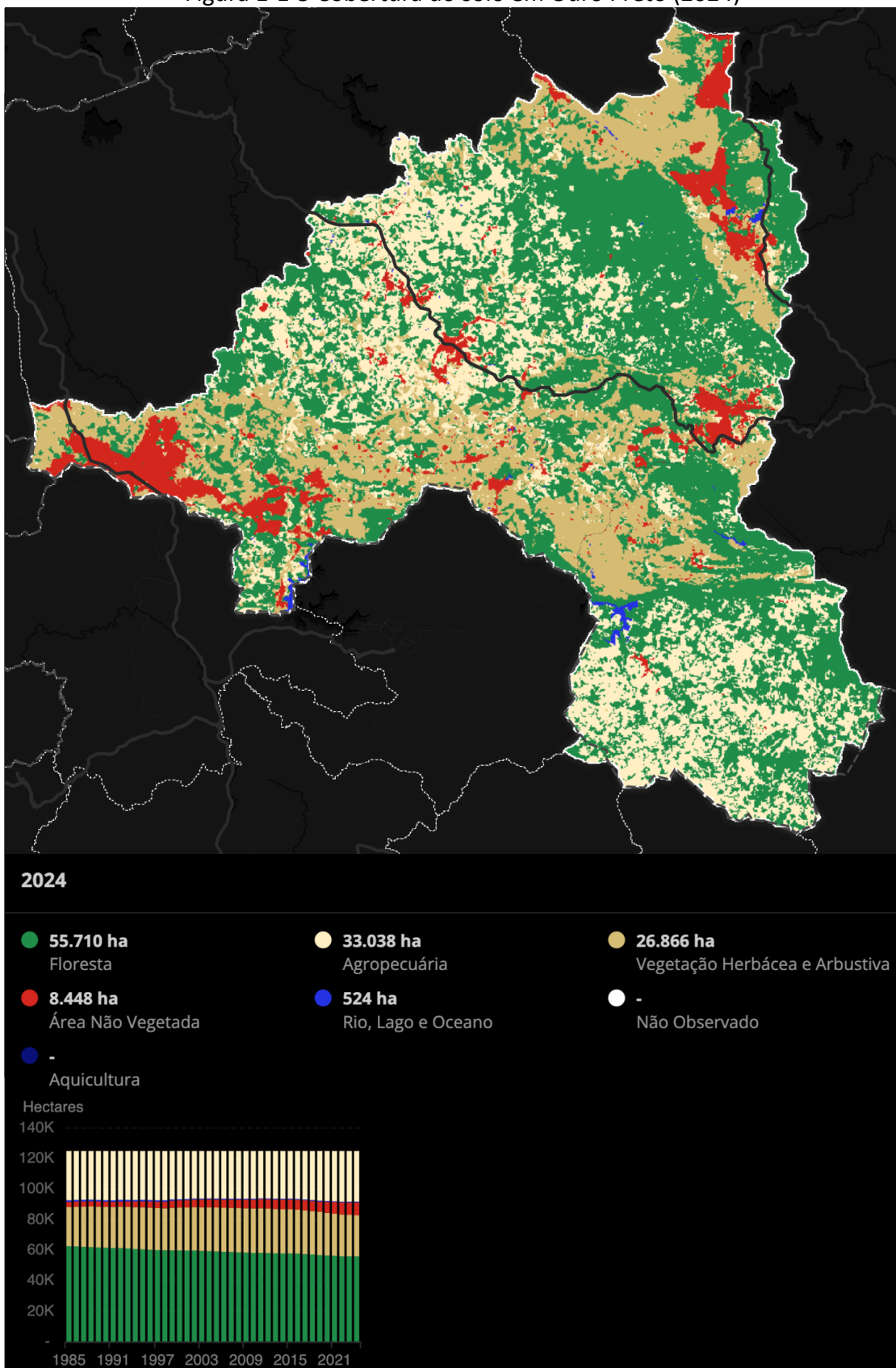
³ Destaca-se que o município perdeu quase 20 mil hectares de área florestada em pouco menos de 40 anos, o que significa uma perda equivalente a 35% do total remanescente em 2025.

Figura 1-1-4 Cobertura do solo em Ouro Preto (1985)



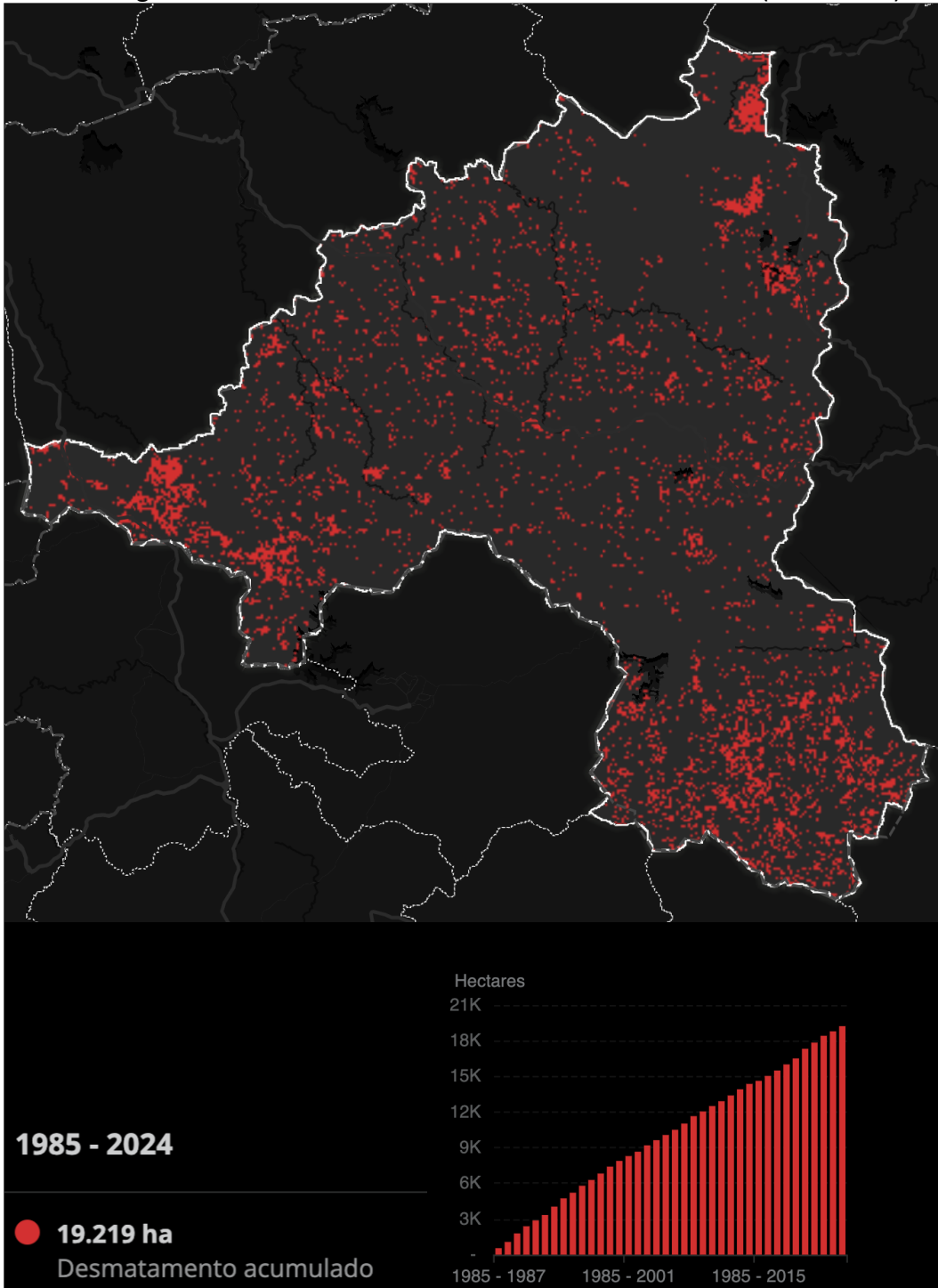
Fonte: Mapbiomas, 2025

Figura 1-1-5 Cobertura do solo em Ouro Preto (2024)



Fonte: Mapbiomas, 2025

Figura 1-1-6 Desmatamento acumulado em Ouro Preto (1985-2024)



Fonte: Mapbiomas, 2025

2 Etapas e metodologia detalhada

Para execução do processo de elaboração do Plano de Manejo, ficam previstas as seguintes atividades: Reuniões de Coordenação (RC); Atividade de Campo (AC); Ações Participativas (AP); Oficinas Participativas (OP); Seminário Público (SP); Audiência Pública (AP); Consulta Pública (CP); Entrevistas (EA) e Reunião com Conselho de Meio Ambiente (RCMA).

O acesso ao Parque e a todos os documentos, mapas e informações disponíveis na SEMMA e relevantes para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Horto dos Contos serão fornecidos à equipe da RiscoAU, pela Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Após emissão da Ordem de Início, a equipe da RiscoAU emitirá ofício solicitando os dados necessários para início da execução dos serviços, sugerindo também uma agenda de encontros e atividades para o início dos trabalhos.

2.1 Reuniões de Coordenação (RCs).

Para garantir a regularidade e o bom andamento do trabalho serão realizadas reuniões de coordenação que poderão ocorrer com frequência semanal, quinzenal ou mensal, em função da demanda das diferentes etapas do processo. Estas reuniões deverão ser realizadas em locais e horário previamente acordados. Conforme a necessidade, serão realizadas a apresentação e a discussão dos resultados parciais e finais, em todas as etapas do trabalho. Estas reuniões poderão ocorrer em formato remoto, quando oportuno, para facilitar a agenda de trabalho de todas às partes.

As reuniões de coordenação terão como objetivos específicos: pactuar agenda de trabalho; preparar agenda de campo e eventos de participação popular; indicar grupos da sociedade civil interessados no tema; receber e avaliar os produtos das diferentes etapas; acionar as demais secretarias que poderão contribuir com o processo do trabalho; orientar e direcionar a equipe de consultoria, e garantir a boa execução do processo.

2.1.1 Reunião de partida para planejamento dos trabalhos e integração (RC1)

Esta reunião, realizada entre a consultoria contratada e os membros da coordenação executiva, designados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tem por objetivo principal discutir, pactuar e orientar o planejamento do escopo e das ações gerais previstas durante a realização do Projeto. A reunião ocorrerá até 10 (dez) dias após a emissão da Ordem de Serviço. Nessa reunião serão apresentadas as equipes, discutidas e esclarecidas questões e dúvidas para entendimento comum do objeto e dos detalhes contidos no Termo de Referência.

Tendo em vista o alinhamento estratégico, as necessidades e demandas do Parque, já nesta etapa inicial será realizado um pré-diagnóstico geral da situação, considerando a área da Unidade de Conservação bem como seu entorno. Este material fornecerá subsídio, inclusive, para a primeira incursão de campo.

Nesse sentido, para o perfeito andamento da confecção do Plano de Manejo é vital a organização das atividades: sistemática de trabalho, distribuição de tarefas, logística, divisão das tarefas, avaliação das ações, elaboração de cronograma detalhado e outras consideradas pertinentes.

2.2 Atividade de Campo

2.2.1 Visita de reconhecimento do Parque (AC1)

A equipe técnica da consultoria, acompanhada da equipe da Prefeitura, realizará uma primeira visita técnica de reconhecimento da Unidade de Conservação e entorno, a fim de verificar a dimensão dos trabalhos em campo e realizar uma delimitação preliminar da Zona de Amortecimento do Parque Natural Municipal Horto dos Contos, que poderá levar em conta o perímetro já sugerido do entorno imediato (ver Figura 1-3).

2.2.2 Levantamento de Campo na Unidade de Conservação e entorno para diagnóstico (AC2)

A equipe técnica da Risco AU, acompanhada da equipe da Prefeitura, realizará durante a fase de diagnóstico, uma série de incursões em campo, para levantamento de dados primários. Esta fase contará com equipe multidisciplinar para leitura de temas específicos e terá apoio de levantamento fotográfico e por drone.

O material coletado será organizado e analisado e seu resultado deve ser publicado como relatório de campo, integrando a etapa de diagnóstico do Plano de Manejo.

2.2.3 Ações Participativas

Já no início dos trabalhos, serão identificados os atores relevantes no processo de elaboração do Plano de Manejo da UC para contato e envolvimento nas atividades, sempre que possível. O objetivo dessa abordagem participativa é criar condições para mobilizar comunidades a comunidade local em função dos interesses comuns e para mediação dos conflitos existentes.

Quando oportuno, os trabalhos deverão ser apresentados também no âmbito do Conselho Municipal de Meio Ambiente, para informação do processo em andamento.

As atividades participativas serão realizadas em diferentes modalidades: Oficinas Participativas (OP); Seminários Públicos (SP) Audiências Públicas (AP) e Reuniões do Conselho de Meio Ambiente (RCMA). Também serão realizadas entrevistas específicas (EA) e a aplicação de questionário de opinião pública (CP), buscando complementar as leituras advindas das atividades participativas.

Os dias, horários e locais de realização das ações eventos participativos deverão ser acordados entre a Prefeitura e a equipe de consultoria, de modo a maximizar o alcance e participação do maior público possível.

Conforme a necessidade, deverão ser providenciados os cartazes, faixas, folders, carros de som, dentre outros meios de comunicação, para divulgação prévia dos eventos. Tais

materiais, em sua versão preliminar deverão ser encaminhados à equipe de acompanhamento do Plano de Manejo, que por sua vez avaliará e autorizará a impressão, publicação ou utilização dos meios de comunicação.

Para garantia da publicidade e da transparência ativa do processo, será elaborado também uma página na internet dedicada a divulgação de todo o processo com disponibilização dos produtos realizados.

Ficam previstos, ao menos, seis eventos participativos presenciais, divididos em três rodadas de Oficinas Participativas (OP). Estes deverão buscar a participação da comunidade e dos diversos grupos de interesse envolvidos com a UC.

Cada evento terá uma duração média de 4 (quatro) horas e espera-se mobilizar um público de 50 (cinquenta) pessoas, em média. Os eventos devem ocorrer no anexo do Museu da Inconfidência.

Todas as Oficinas Participativas devem ser documentadas, fotografadas e, se possível, filmadas. Serão elaborados relatórios das atividades realizadas contendo:

- Descrição das abordagens metodológicas adotadas durante o evento para sensibilização e participação da população, e justificativa do seu emprego;
- Definição das formas de divulgação e apresentação do material de publicidade;
- Relato das atividades desenvolvidas, incluindo registro fotográfico e lista de presença assinada;
- Identificação e classificação do público participante, identificando atores relevantes da sociedade local, agentes públicos, entidades de classe, dentre outros;
- Descrição e análise das percepções manifestadas pelos participantes durante o desenvolvimento das atividades;
- Descrição das eventuais dificuldades e limitações;
- Análise dos resultados.

2.2.3.1 Oficina de apresentação do Plano de Trabalho para a comunidade (OP1)

Após a finalização do Plano de Trabalho (descrito no presente relatório) serão convocadas duas Oficinas Participativas (OP) abertas à comunidade de Ouro Preto. Estes eventos ocorrerão no anexo do Museu da Inconfidência em dias seguidos.

Nestes eventos será aplicada metodologia de participação, baseada em cartografia colaborativa e coleta de dados qualitativos e quantitativos através de formulário pré-formatado.

No início do evento será apresentada a síntese do Plano de Trabalho e o contexto de elaboração do Plano de Manejo.

Na sequência será realizada a Oficina Participativa com o objetivo de identificar a percepção da população sobre a UC, por meio de metodologia de identificação de forças e oportunidades (qualidades), e fragilidades e ameaças (problemas). Estas oficinas serão realizadas previamente ao início dos levantamentos de campo.

Durante o evento, deverão ser apresentados e nivelados os conceitos e conhecimentos básicos sobre Unidades de Conservação e Planos de Manejo, bem como a apresentação das partes envolvidas no processo.

A oficina deve contar com a participação da gerência do Parque, em representantes do Poder Executivo da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (Meio Ambiente, Turismo, Patrimônio/ Cultura, Esporte, Educação e Social), e o Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Deverão ser mobilizados, ainda, representantes das comunidades do entorno, empresas, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), IPHAN e Instituto Estadual do patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA).

2.2.3.2 Oficina de apresentação do Diagnóstico e elaboração do pré-zoneamento (OP2)

Após a finalização do Diagnóstico serão organizadas duas Oficinas Participativas abertas para a comunidade, em locais acordados conjuntamente com a equipe de acompanhamento, para apresentação dos resultados do Diagnóstico. Nesta oficina, será promovida uma dinâmica específica, focada na definição e normatização do uso do território onde então serão identificadas e definidas as zonas. Este processo poderá implicar complementações no diagnóstico antes realizado e produzirá subsídio para proposta de pré-zoneamento da UC.

2.2.3.3 Oficina de Planejamento Estratégico (OP3)

Na etapa de conclusão do processo de elaboração do Plano de Manejo, será organizada uma oficina aberta para a comunidade, a fim de angariar contribuições e apoio para o Planejamento Estratégico do Parque Natural Municipal Horto dos Contos. Esta oficina deverá tratar dos princípios essenciais (missão, visão de futuro e valores) e definir os programas, objetivos e ações a serem desenvolvidos. Nesta oficina também será apresentada a proposta de zoneamento para contribuições finais e consolidação.

2.2.3.4 Seminário para apresentação do Plano de Manejo finalizado para a comunidade (SP)

Após conclusão dos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo, será realizado, no mínimo, um seminário público, aberto à comunidade, em local acordado em conjunto à equipe de acompanhamento, a fim de apresentar os resultados consolidados do Plano de Manejo e entregar à Prefeitura Municipal de Ouro Preto o Resumo Executivo.

2.2.3.5 Audiência Pública (AP)

Existindo interesse do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipal, poderá ser realizada, ainda, Audiência Pública, a fim de garantir a formalização do Plano de Manejo na forma de Lei Municipal.

2.2.3.6 Reuniões do Conselho de Meio Ambiente (RCMA).

Ao longo de todo o processo de elaboração do Plano de Manejo, sempre que oportuno, será apresentado relato do andamento do trabalho durante as reuniões ordinárias do Conselho de Meio Ambiente. Também, caso necessário, o Conselho poderá solicitar uma reunião extraordinária para discutir a pauta do Plano de Manejo.

2.2.3.7 Consulta Pública (CP)

Após concluída a etapa de diagnóstico preliminar, será disponibilizada pesquisa de opinião pública on-line, a fim de ampliar a possibilidade de participação da comunidade de Ouro Preto. A consulta deverá ser realizada de forma que os dados coletados possam ser agregados ao trabalho de diagnóstico em andamento.

2.2.3.8 Entrevistas específicas (EE)

Serão levantados grupos de interesse no município para aplicação de entrevistas específicas. Estas poderão ocorrer de forma presencial ou remota.

3 Diagnóstico

O diagnóstico do Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Horto dos Contos deverá ser realizado com base em informações obtidas durante a realização dos serviços e durante os levantamentos de campo e complementadas pela análise de dados de fontes secundárias devidamente referenciadas. Todas as informações levantadas em campo devem ser sistematizadas em forma de tabelas georreferenciadas.

Será realizada pesquisa bibliográfica sobre a UC, bem como da região onde a mesma está inserida, compilando base de dados composta de documentos, tais como leis e decretos, plano anteriores, estudos e pesquisas, censos demográficos, mapas, dentre outros que sejam de utilidade para a elaboração do Plano de Manejo da Unidade. Ao final dos trabalhos a contratada deverá apresentar e disponibilizar, em meio digital, o compilado dessas informações, que irá compor o acervo do Parque.

O Roteiro Metodológico do IBAMA (2002) será utilizado como orientação para a realização dos trabalhos de diagnóstico e os temas cuja compreensão se revelar essencial para o manejo eficaz do Parque deverão receber tratamento adequado e detalhado, mesmo que seu aprofundamento não tenha sido especificado nesta seção.

3.1 Diagnóstico Socioeconômico

O diagnóstico deverá apresentar o cenário socioeconômico do município e da região na qual a Unidade de Conservação está inserida. Este deverá contribuir para o estabelecimento de diretrizes que serão desenvolvidas no âmbito do Plano de Manejo a fim de viabilizar a conservação e preservação do meio ambiente e possibilitar a sustentabilidade socioambiental do entorno da UC através de ações interligadas ao Plano Diretor e as políticas públicas do município.

Os subitens apresentados, na sequência, detalham o conteúdo da etapa de diagnóstico.

3.1.1 Situação socioeconômica e territorial

A situação socioeconômica e territorial deverá:

- Caracterizar a situação socioeconômica de eventuais moradores e populações do entorno da UC, utilizando de ferramentas de diagnóstico participativo, atribuindo informações levantadas a locais específicos;
- Analisar as informações disponíveis sobre a economia, demografia e estrutura social do município no qual está inserido o Parque, catalogando e arquivando em acervo de informações da UC;
- Identificar os grupos de interesse primário, ou seja, aqueles que participam diretamente de atividades que serão afetadas pela gestão do Parque, incluindo empresários e empregados do setor turístico, guias de turismo, proprietários de terras do entorno, etc.
- Identificar os grupos de interesse secundários, ou seja, aqueles que são indiretamente afetados pela gestão do Parque, incluindo turistas, comerciantes locais, investidores em potencial, ambientalistas, ONGs, associações, prefeituras, órgãos governamentais, pessoas interessadas no valor ambiental, etc.;
- Caracterizar a situação fundiária do Parque e do seu entorno, com identificação e mapeamento de terras públicas, com estimativa de área ocupada no interior e entorno, bem como recomendações para aquisição de terras no entorno da unidade, caso seja detectada necessidade de ampliação da atual área da UC;
- Identificar os principais interesses de cada grupo e determinar os impactos, riscos e benefícios associados à implantação de ações de manejo sobre esses interesses;
- Analisar os planos diretores e as políticas públicas (educação, saúde, meio ambiente, assistência social, econômica entre outras) presentes na área de influência da UC;
- Caracterizar a composição de redes de interesses complementares ou concorrentes, a fim de identificar prováveis alianças ou conflitos que possam

- surgir durante o planejamento e implantação das alternativas de manejo, propondo medidas para fortalecer alianças e minimizar possíveis conflitos;
- Identificar e caracterizar as atividades produtivas e suas interferências na UC e na região, incluindo as atividades em processo de licenciamento ambiental;
 - Mapear as principais atividades de interferência direta no Parque;
 - Identificar, caracterizar e elaborar mapeamento georreferenciado das principais atividades de interferência direta, assim como das áreas que apresentam ameaças e/ou conflitos ao Parque
 - Identificar e levantar as atividades que podem trazer risco ao parque, como atividades que possam utilizar o fogo ou que possam causar interferência em habitats, utilizem de artefatos potenciais de poluição do solo, ar ou da terra;
 - Identificar potenciais organizações parceiras do Parque para participar de seu planejamento;
 - Os impactos das ações dos diversos atores com relevância para a UC deverão ser avaliados em uma análise das forças, oportunidades, fragilidades e ameaças identificadas, através de um instrumento elaborado a partir dos itens acima.

3.1.2 Infraestrutura

A Leitura de infraestrutura deverá:

- Realizar levantamento da infraestrutura e equipamentos existentes no Parque e no seu entorno com relevância para a gestão da UC, identificando, caracterizando e mapeando vias de acesso, meios de comunicação, trilhas e vias de circulação interna (tanto para uso público quanto para fins de controle e fiscalização);
- Realizar levantamento das edificações existentes no interior e no entorno da UC que poderão ser utilizadas para fins de administração, visitação pública, educação ambiental. Bem como locais para reuniões;
- Realizar levantamento de demais estruturas e equipamentos que tenham potencial importância no apoio à gestão do Parque;

- Levantar infraestruturas existentes relacionadas aos incêndios florestais, como almoxarifado, torres e pontos de observação, pontos de apoio, etc, assim como propor a instalação de novas infraestruturas;
- Analisar possibilidades e propor adequações de estruturas existentes para fins necessários ao manejo da UC.

3.1.3 Educação ambiental e interpretação ambientalista

- Identificar, caracterizar e mapear atividades de educação e interpretação ambiental, desenvolvidas ou em desenvolvimento e suas interferências na UC e na região;
- Propor alternativas para ampliação do público-alvo a ser contemplado.

3.1.4 Diagnóstico de uso público

- Realizar um levantamento do potencial da unidade para uso público, incluindo a compilação de informações disponíveis em bases de dados municipais, do IEF/Diretoria de Áreas Protegidas/Diretoria de Proteção à Biodiversidade, Bibliotecas, Unidades de Conservação próximas, QFe2050 / UFOP, Geopark QF, Sociedade Excursionista e Espeleológica / UFOP, Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Comitês de bacias hidrográficas e outras que possam ser relevantes para o contexto dos trabalhos ora em execução e para futuras atualizações (catalogando e disponibilizando para acervo de informações do Parque);
- Identificação e caracterização dos atrativos naturais existentes no Parque e seu entorno, determinando para cada atrativo sua posição geográfica, o acesso mais prático, os segmentos do público visitante, a capacidade de carga inicial estimada (conforme metodologia apropriada), os principais indicadores de impacto que deverão ser monitorados, a infraestrutura e procedimentos de visitação necessários para viabilizar seu uso público, nos mais altos padrões e sem prejudicar os objetivos de conservação do Parque;
- Identificar locais propícios tecnicamente à realização de atividades ligadas ao turismo de aventura e atividades que utilizem dos equipamentos já presentes no

- interior do parque, de maneira a garantir minimamente a segurança dos praticantes, também propondo maneira que visem impedir atividades que causem interferências prejudiciais ao perfeito manejo e conservação da unidade;
- Caracterização e análise qualitativa e, quando possível a partir de dados disponíveis, quantitativa, do uso público atual do Parque, incluindo adequação e nível de implantação de quaisquer planos de uso público existente, perfil, demanda e expectativa dos visitantes, locais mais visitados, impacto econômico da visitação, impacto ambiental da visitação, e principais oportunidades e riscos que essa visitação representa;
 - Caracterização e análise dos atrativos identificados, cujo uso público atual é informal, incipiente, desorganizado ou inexistente. Descrição das medidas necessárias para operacionalizar as ações turísticas potenciais para cada atrativo. Levantar o potencial da unidade de acordo com os segmentos turísticos e as atividades/modalidades de turismo, lazer e esporte mais adequadas para a UC bem como a sua viabilidade para implantação;
 - Construção de cenários tendenciais que ilustrem a provável evolução da oferta e demanda de uso público da unidade e seu entorno e incluam medidas que sejam recomendadas, para minimizar riscos, e maximizar oportunidades, a médio e longo prazos.

3.1.5 Diagnóstico institucional e gerencial

- Este tópico tratara dos aspectos institucionais e relacionados à gestão da UC.

3.1.5.1 Histórico do parque

- Elaborar a sinopse histórica da região onde a UC está inserida, tendo como referência levantamentos e programas a respeito.

3.1.5.2 Políticas públicas

- Realizar análise das políticas públicas com potenciais interferências positivas e negativas no planejamento do Parque, incluindo políticas de desenvolvimento regional, de mobilização social, de influências das ONGs/OSCIPs (Organização da

Sociedade Civil de Interesse Público) locais, de fomento à agropecuária e outras formas de uso do solo, de implantação de infraestrutura, de saúde e educação pública, e quaisquer outras que possam afetar o uso e conservação do Parque e de seus recursos naturais.

3.1.5.3 Recursos humanos

- Realizar levantamento dos recursos humanos disponíveis para apoiar a gestão do Parque, quantificando e classificando de acordo com seus conhecimentos, habilidades e competências os recursos humanos existentes no órgão gestor e seus parceiros institucionais (tanto os atualmente envolvidos na gestão do Parque quanto os que poderiam ser disponibilizados em m futuro imediato), identificando também o potencial dos profissionais residentes no entorno;
- Realizar o levantamento do perfil dos recursos humanos envolvidos na gestão e avaliar se não adequados à sua função e aos objetivos do parque, para caracterização da equipe ideal;
- Avaliar a adequação do quantitativo e a distribuição da força de trabalho em relação aos objetivos do Parque;
- Realizar levantamento dos recursos humanos disponíveis para combate e prevenção aos incêndios florestais, bem como identificar e propor parcerias com grupos já estabelecidos na região, que lidem com a prevenção e combate a incêndios na vegetação.

3.1.5.4 Partes interessadas

- Realizar levantamento de atores e grupos organizados da sociedade civil do entorno do Parque, ou que demonstrem interesse em contribuir para sua gestão, com vistas a identificar possíveis parceiros dentro das necessidades do parque. O levantamento deverá incluir identificação de lideranças, caracterização do perfil de cada ator, agrupando-os conforme afinidades detectadas e identificando suas principais expectativas em relação ao Parque.

3.1.5.5 Diagnóstico organizacional

- Efetuar diagnóstico organizacional do Parque, incluindo levantamento da estrutura atual, identificando os possíveis entraves para o planejamento e gestão do Parque, analisando os procedimentos operacionais e de tomada de decisão, demonstrando o atual fluxo de expedientes administrativos, identificando falhas, entraves, procedimentos eficientes para tramitação de processos e implementação de atividades de gestão.

3.1.5.6 Caracterização de incêndios

- Apresentar (se houver) histórico de ocorrências de incêndios e dados de detecção de focos de calor via imagem de satélite com intervalo de, no mínimo 5 (cinco) anos, preferencialmente;
- Caracterizar áreas e épocas mais propícias a incêndios;
- Apontar causas e consequências para possíveis incêndios na UC;
- Identificar se há ocorrência de atividades no interior ou no entorno do parque que utilize de fogo, artefatos explosivos ou produtos inflamáveis.

3.1.5.7 Situação fundiária

- Realizar o levantamento da situação fundiária da UC e do seu entorno, considerando: quantificação dos proprietários/terceiros localizados no interior da Unidade e no seu entorno; identificação do tipo de uso e ocupação; levantamento da existência de invasores, posseiros, vilas e comunidades tradicionais na UC; identificação de possíveis limites de sobreposição da UC com outras áreas e identificação de possíveis ameaças de crescimento urbano;
- Recomendar ações e alternativas para sua regularização e/ou ampliação da sua área, caso necessário.

3.1.5.8 Serviços de utilidade pública, relevante interesse social e serviços ambientais

- Identificar e caracterizar os serviços de utilidade pública, relevante interesse social e serviços ambientais prestados pela UC: rede de energia, captação de água e torres de antenas;
- Identificar e caracterizar o potencial da UC para a prestação de outros serviços.

3.1.6 Diagnóstico do meio abiótico

O diagnóstico do meio abiótico deverá contemplar as caracterizações: climatológicas, geológica, geomorfológica, pedológica e hidrológica da UC e do seu entorno. Deverão ser indicadas pesquisas e estudos a serem desenvolvidos na UC, além da indicação de áreas com potencial e afinidade turística.

3.1.6.1 Análise climatológica

- Descrever a classificação climática e caracterização climatológica da UC e região, incluindo os registros históricos e a frequência de eventos caracterizados como catastróficos de origem natural, capazes de prejudicar a estabilidade ambiental;
- Analisar a interface do clima (relação de elementos como direção dos ventos, temperatura, umidade, precipitação etc.) com a questão de incêndios;
- Identificar e analisar a interface do clima com as características físicas (altitude, tipos de solo, vegetação, dentre outros) da UC e região;
- Identificar fenômenos meteorológicos que possam causar danos à UC, tais como secas prolongadas, enchentes, cabeça d'água e outros.

Obs: Caso não haja dados climatológicos no município da UC, elaborar uma interpolação dos dados dos municípios mais próximos à UC.

3.1.6.2 Análise geológica

- Definir e mapear os tipos de rochas existentes na região;
- Associar formas de relevo e vegetação;

- Apontar características litológicas e características espeleológicas com mapeamento das cavidades;
- Grau de homogeneidade e sua influência no relevo;
- Direção de mergulho e fraturamento e sua influência tanto na vegetação como na ocorrência e aceleração de processos erosivos;
- Afloramentos rochosos (caracterização, local de ocorrência e associação com a vegetação);
- Produto de alteração das rochas (características químicas, características físicas, permeabilidade, profundidade, grau de resistência, e estrutura);
- Determinação da ocorrência de áreas de instabilidade geológica e indicação de áreas a serem protegidas

3.1.6.3 Análise geomorfológica

- Definição e mapeamento dos tipos de formas de relevo associando-os à geologia e aos solos;
- Avaliação de aspectos de sedimentologia (grau de assoreamento dos cursos d'água, grau de encaixamento da drenagem, quantidade de sedimentos fornecidos);
- Tipo de vale e leito fluvial: rochoso ou aluvionar;
- Indicação da ocorrência de áreas de instabilidade geomorfológica e de áreas a serem protegidas

3.1.6.4 Análise pedológica

- Mapeamento pedológico;
- Caracterização física e química dos solos (permeabilidade, capacidade de retenção da água, granulometria, estrutura e profundidade efetiva);
- Caracterização morfo pedológica (subdivisão das unidades correlacionadas com o relevo, vegetação e declividades);
- Determinação do grau de fertilidade dos solos indicando as práticas de manutenção e melhoria do complexo;

- Indicação de práticas de conservação de fácil aplicação;
- Determinação do grau de erodibilidade dos solos.

3.1.6.5 Análise hidrológica

- Avaliar a necessidade de estabelecer o grau de contaminação do lençol pelo uso de agrotóxicos ou outros produtos, incluindo os provenientes da destinação da água servida;
- Avaliar a possibilidade de estabelecer a proximidade média do lençol em função das estações seca e chuvosa;
- Grau de contaminação dos cursos d'água;
- Capacidade de transporte dos rios;
- Grau de assoreamento dos cursos d'água;
- Tipo de leito fluvial: rochoso ou aluvionar;
- Relacionar estudos prioritários a serem desenvolvidos.

3.1.7 Diagnóstico do meio biótico

O diagnóstico do meio biótico deverá ser baseado em informações primárias e secundárias. Preferencialmente, os levantamentos de campo para realização desta etapa deverão considerar, no mínimo, dois meses de atividade biológica ativa. Destaca-se que o maior interesse aqui é que seja definida a importância das ocorrências ou ausências de espécies, populações ou comunidades, seguidos de análises que subsidiem claramente o planejamento de estratégias e de ações de proteção ambiental. Portanto, não serão suficientes citações de longas listas de espécies. Deve haver procedimento de análise da significância, ou seja, esclarecendo ou traduzindo o significado daquele elemento e sua função ambiental.

Além do conhecimento da presença ou ausência de determinado organismo, é fundamental o conhecimento do que ser feito com a presença/ausência daquele elemento ou grupos no local, para a melhoria ambiental geral ou para a manutenção da estabilidade local. Dessa forma, deve-se estabelecer a análise da função que o elemento possui para a conservação do patrimônio local.

O diagnóstico do meio biótico também deve recomendar medidas de manejo de espécies individuais para espécies indicadoras, espécies invasoras, espécies-chave e espécies ameaçadas de extinção.

3.1.7.1 Flora

- Caracterizar a cobertura vegetal em função da geomorfologia;
- Analisar as fitofisionomias e fitossociologias existentes, gradientes altitudinais, fases sucessionais, status de conservação (integridade), diversidade de habitats, aspectos fenológicos, riqueza de espécies, dominância, abundância relativa, dentre outros;
- Elaborar lista de espécies da UC, apresentando os nomes científicos e populares, bem como outras informações consideradas pertinentes.
- Identificar as espécies: bioindicadoras, novas, ameaçadas de extinção, endêmicas, “flagship” (espécie bandeira), de especial interesse para a fauna e medicinais. Com relação às espécies identificadas indicar: a vulnerabilidade de cada espécie; ocorrência na UC e entorno; habitats a que se relacionam e principais relações ecológicas; áreas que devem ser vedadas ou restritas ao uso público e sua justificativa.
- Identificar as espécies de vegetação nativa que caracterizam cada comunidade natural, bem como aquelas que servem de indicadoras quanto ao seu estágio sucessional, altitudinal e estado de conservação propondo recomendações para manejo;
- Identificar e caracterizar as pressões e ameaças existentes sobre a flora ocorrentes na UC e em seu entorno, bem como avaliar as tendências observadas com relação a seu agravamento ou minimização;
- Identificar espécies exóticas e/ou invasoras no interior e no entorno da UC, avaliando o seu impacto sobre a conservação da biodiversidade dentro da UC;
- Indicar pesquisas e estudos a serem desenvolvidos na UC e outras recomendações pertinentes.

3.1.7.2 Fauna

- Caracterizar a fauna da UC, com destaque para os grupos: ictiofauna, herpetofauna, avifauna e mastofauna, sua relação com os habitats disponíveis na área de estudo, sua qualidade, riqueza e vulnerabilidade;
- Identificar espécies localmente extintas ou com populações em declínio, avaliando estratégias de manejo e reintrodução;
- Com relação às espécies mais notáveis (novas, novos registros, bioindicadoras, raras, migratórias, endêmicas, “bandeira e/ou guarda-chuva”, ameaçadas de extinção, objeto de captura, caça, apanha ou perseguição) apontar: a vulnerabilidade de cada espécie; capacidade suporte da UC e entorno; habitats a que se relacionam e principais relações ecológicas; áreas que devem ser vedadas ou restritas ao uso público e sua justificativa;
- Identificar e caracterizar as pressões e ameaças existentes sobre a fauna bem como fazer uma avaliação das tendências observadas com relação a seu agravamento ou minimização;
- Identificar espécies exóticas e/ou invasoras no interior e no entorno da UC, avaliando o seu impacto sobre a conservação da biodiversidade dentro da UC;
- Indicar pesquisas e estudos a serem desenvolvidos na UC e outras recomendações pertinentes.

3.1.8 Mapas

Juntamente ao Diagnóstico, a contratada deverá apresentar uma série de mapas georreferenciados e atualizados, em escala apropriada para sua perfeita compreensão e consoante com o detalhamento que se fizer necessário. Todas as informações georreferenciadas deverão ser entregues em meio digital em formato para QGIS (formato shape-file para dados vetoriais e Geo-TIFF para imagens) e Google Earth (formato kml e/ou kmz). A contratada também deverá disponibilizar as imagens de satélite utilizadas.

Os limites da unidade de conservação a ser considerados são aqueles constantes nos memoriais descritivos estabelecidos pelos decretos de criação da unidade.

Deverão ser fornecidas informações detalhadas, em papel e em meio digital, de todos os dados: descrição geral dos arquivos produzidos, procedimentos adotados para a digitalização de dados cartográficos, escala, data e fonte desses dados, tipo (mapa em papel, imagens de satélite, e outros), fator de erro obtido no processo de georreferenciamento, data da digitalização dos dados cartográficos, problemas existentes nos dados, projeção cartográfica utilizada (UTM) e todos os parâmetros necessários para sua interpretação (datum, meridiano central, zona).

Os arquivos disponibilizados em meio digital deverão vir organizados com os arquivos nomeados de acordo com as informações contidas e separados em pastas de acordo com cada mapa produzido.

Para o levantamento das informações e dados deverão ser utilizados todos os insumos disponíveis, incluindo mapas existentes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Radar na Amazônia (RADAMBRASIL), Sistema Integrado de Informação Ambiental (SIAM) / GEO SISEMANET, Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE – MG), Inventário Florestal de MG e Áreas Prioritárias para a Conservação – Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Biodiversitas, QFe2050 / UFOP, geoparkquadrilatero.org, SIG – Rio das Velhas, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), imagens de satélite recentes, fotografias aéreas e outros.

A escala de trabalho utilizada deverá ser compatível com a perfeita compreensão dos dados, permitindo a identificação e mapeamento de todos os conjuntos recorrentes distintos na UC, naturais ou de origem antrópica, cuja área contígua seja relevante no contexto, incluindo referências aos fragmentos notáveis e importantes para preservação e manejo (ex. campos de canela de ema, canga, etc.). O mapeamento deverá proceder de forma integrada com o levantamento de informações em campo, de acordo com os procedimentos abaixo:

- Compilar imagens de satélite em meio digital e mapas de topografia, hidrografia, geologia, pedologia, climatologia, cobertura vegetal, batimetria (onde aplicável), uso atual do solo, limites do Parque, etc., em escala adequada;

- Digitalizar os mapas e criação de base de mapas temáticos em Sistema de Informações Geográficas (SIG), gerando uma base cartográfica de dados em meio digital;
- Realizar a classificação inicial não supervisionada (ou seja, ainda sem dados de campo) das potenciais comunidades naturais do Parque, com base na análise integrada dos mapas temáticos em SIG. Dessa forma serão determinadas as unidades de análise do trabalho, com base na superposição do mapa de distribuição das comunidades naturais postuladas com os mapas de topografia, solos, hidrologia, etc. Cada unidade de análise representa uma área contígua do Parque que apresenta fisionomia florestal e parâmetros físicos homogêneos – ou seja, uma provável comunidade natural específica e distinta das demais;
- Checar em campo a classificação inicial, conforme metodologia de Avaliação Ecológica Rápida, citada acima, com amostragens em cada classe de comunidade natural potencial identificada no SIG;
- Realizar a classificação supervisionada (ou seja, com base em dados de campo) das comunidades naturais do Parque, ajustando a base de dados em SIG e inserindo na mesma, os dados de campo referentes às características, espécies indicadoras, fragilidade, resiliência, solos, susceptibilidade a erosão e queimadas, impacto antrópico, etc., de cada comunidade natural confirmada em campo. Inserir no SIG do Parque todas as informações georreferenciadas adicionais provenientes dos levantamentos em campo,
- tais como localização de infraestrutura, terras de domínio público, comunidades humanas, focos de ameaças, localização de posseiros no interior da unidade, levantamento do entorno, etc.
- Finalizar a base de dados em SIG e a produção e impressão de mapas do Parque na escala aprovada pela equipe de gerenciamento, que serão utilizados para embasar o processo de planejamento.

Os mapas a serem confeccionados pela contratada são, no mínimo:

- Limites do Parque e sua Zona de Amortecimento e limites de UC próximas;

- Infraestrutura existente e a ser implantada no Parque (estradas, linhas de transmissão, mineração, equipamentos urbanos, dentre outros);
- Atrativos e infraestrutura turística, com potencial de uso público e educação ambiental;
- Áreas mais susceptíveis a incêndios, com ocorrências históricas de focos de calor;
- Situação fundiária, mostrando áreas prioritárias para a desapropriação, fora da unidade, caso seja necessária a ampliação da área da UC;
- Uso e ocupação do solo no Parque e entorno;
- Riscos na unidade e entorno (erosão, deslizamento, inundação e outros);
- Impactos Ambientais (erosões, depósito de lixo, invasão de espécies exóticas, turismo, entre outros);
- Geomorfologia (curvas de nível com equidistância apropriada de forma a subsidiar o manejo da unidade, pontos cotados, altimetria, formas de relevo, e dinâmica geomorfológica baseando-se nos dados Geominas e/ou do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas);
- Espeleologia com o mapeamento das cavidades;
- Solos (caracterização física a partir de dados secundários – textura, estrutura, densidade, permeabilidade, profundidade, porosidade, capacidade de saturação, fragilidade);
- Hidrografia (cursos d'água, nascentes, lagos, lagoas, fontes hidrominerais, banhados, delimitação de bacias e sub-bacias, perene/intermitente, áreas com potencial uso recreativo/esportivo);
- Fitofisionomias identificadas e seu estado de conservação;
- Comunidades naturais (flora e fauna);
- Ocorrência de espécies da fauna e flora ameaçadas, endêmicas ou invasoras, com identificação de pressões internas e externas.

4 Zoneamento do Parque

O zoneamento da UC será elaborado a partir das informações provenientes do diagnóstico e das oficinas de pré zoneamento (descrita no Item 3.2.4 – b). A proposta

de zonas de amortecimento será apresentada na oficina de planejamento (descrita no Item 3.2.4 – c) para contribuições finais e consolidação.

O zoneamento da UC será elaborado com a identificação da definição, descrição e delimitação das zonas, seus objetivos gerais e específicos, bem como suas normas de uso – atividades permitidas, restrições e recomendações.

A definição da zona de amortecimento da UC será estabelecida pela legislação vigente e com base nos critérios definidos no Roteiro Metodológico de Planejamento elaborado pelo IBAMA (2002).

5 Planejamento Estratégico

Após a conclusão da fase de Diagnóstico será efetuado o planejamento estratégico para a gestão do Parque. O processo de planejamento deverá ser organizado e efetuado em conjunto com a equipe de acompanhamento, definida anteriormente neste Termo de Referência.

Deverá ser realizada a análise e o planejamento ecológico do Parque embasando-se no Diagnóstico realizado, levando em consideração as ameaças e potencialidades identificadas e apontando para ações práticas que venham a garantir a conservação da unidade a curto, médio e longo prazos. O planejamento deverá ser efetuado seguindo o Roteiro Metodológico de Planejamento elaborado pelo IBAMA (2002).

Ressalta-se que o manejo ecológico do Parque não deverá se reduzir ao manejo de uma série de espécies individuais e não deverá ter um viés voltado para grupos taxonômicos de fácil identificação em prejuízo do restante da biota e das manifestações antrópicas verificadas, mas sim, deverá ter como objetivo a conservação das comunidades naturais presentes, levando em consideração a formação cultural das comunidades residentes no entorno do território, no qual o parque se encontra inserido, e seus objetivos públicos, relacionados notadamente à pesquisa, à atividade turística e à educação ambiental.

Os produtos deste processo de planejamento constituem os planos estratégicos do parque, que devem se basear nas seguintes premissas:

Missão: Identifica a razão de ser da unidade e se expressa em:

- Que necessidades atende;
- Quais grupos de pessoas/interesses;
- Quais competências básicas.

Visão de futuro: define onde e como a UC deverá ser gerida no futuro e estabelece:

- Nível de desempenho;
- Amplitude de grupos de pessoas atendidas e de produtos/serviços oferecidos;
- Resultados de conservação/econômicos que se quer obter no horizonte temporal, para o cumprimento de sua missão;
- Conjunto de objetivos e indicadores que permitam avaliar o alcance das medidas propostas.

Políticas: guias (tem um caráter de permanência) para a tomada de decisões sobre aspectos importantes ou controversos da unidade.

Objetivos: estabelecidos nos horizontes de curto, médio e longo prazos. A definição dos objetivos deverá incluir, para a categoria de manejo Parque:

- Conservação dos recursos naturais, diminuição das áreas alteradas (antropização, queimadas, erosões, áreas degradadas etc);
- Manejo de comunidades naturais/ espécies;
- Pesquisa científica;
- Proteção de recursos hídricos e geológicos;
- Proteção do patrimônio histórico/arqueológico;
- Proteção de recursos cênicos;
- Valorização dos recursos culturais, materiais e imateriais;
- Recreação e ecoturismo;
- Educação ambiental;
- Relações com as populações do entorno;
- Nível de sustentabilidade econômica.

5.1 Plano de ação para o Parque Natural Municipal Horto dos Contos

O Plano de Ação da UC constitui-se o conjunto dos programas e projetos propostos para o alcance da missão e em direção à visão de futuro.

Este plano de ação deverá contemplar o Programa de Manejo para a UC, incluindo atividades, responsáveis, resultados esperados, indicadores de acompanhamento, orçamento e metas, considerando os horizontes de planejamento em curto prazo (doze meses) e médio prazo (cinco anos). O plano de ação deverá considerar a estrutura dos Planos Orçamentários Anuais e Plurianuais da Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

Os Programas serão estabelecidos com o apoio da equipe de acompanhamento e, se necessário, de outros técnicos convidados, mediante a realização de reuniões de trabalho e com base na análise dos resultados do diagnóstico da UC.

Deverá ser criada uma sistemática de acompanhamento das ações propostas para o plano e desenvolvidas métricas e sistemas de avaliação que sejam compreendidos, aceitos e respeitados por toda equipe da unidade, sendo ainda suficientes para medir a eficácia e a eficiência das ações.

O Planejamento do Parque deverá constituir-se em instrumento estratégico e gerencial de trabalho para que a equipe responsável pela sua administração conduza as ações a partir do diagnóstico, planejamento e recomendações para o alcance dos objetivos. As recomendações deverão ser aplicáveis, realistas e deverão apresentar utilidade prática e imediata para a equipe de gerenciamento da UC. Os documentos produzidos deverão evitar recomendações vagas ou universalmente aplicáveis, ou, ainda, recomendações cuja adoção não seja viável dentro do contexto institucional e financeiro existente, considerando-se o médio prazo. Minimamente, a contratada deverá confeccionar os seguintes programas descritos, a seguir:

5.1.1.1 Programa de proteção e manejo do meio ambiente

5.1.1.2 Proteção dos Recursos Naturais:

- Propor os limites da UC, cotejando os limites legais (leis de criação) e os limites desejáveis, indicando as necessidades de demarcação;

- Propor sinalização dos limites da UC e de seu interior;
- Propor medidas de gestão de atividades potencialmente degradadoras que já tenham se instalado no interior e entorno;
- Definir os procedimentos e rotinas para patrulhamento, controle, prevenção e combate a incêndios florestais e fiscalização da área da UC e entorno.

5.1.1.3 Controle Ambiental no Entorno:

Definir normas específicas para o uso e ocupação do entorno da UC, de forma a prevenir impactos sobre seu ecossistema ou degradação de seu potencial, em conformidade com a Lei No 9.985/2000, Art. 25 § 1o e demais instrumentos legais, para a emissão de documentos autorizativos em ações de regularização ambiental.

5.1.1.4 Manejo dos Recursos Naturais:

- Definir e caracterizar comunidades naturais, espécies e recursos naturais prioritários para fins de manejo;
- Definir atividades de recuperação de áreas degradadas e de controle de espécies invasoras;
- Definir projetos de manejo e recuperação de espécies-chave ou ameaçadas de extinção;
- Definir projeto de manejo de conservação de espécies endêmicas;
- Definir projetos de manejo do material combustível propício ao fogo.

5.1.1.5 Manejo dos Patrimônios Histórico e Arqueológico:

- Definir e caracterizar os sítios históricos e arqueológicos prioritários para fins de manejo;
- Definir atividades de recuperação de sítios degradados ou ameaçados e, de controle de intervenções;
- Definir projetos de manejo e recuperação do entorno dos sítios históricos e arqueológicos.

5.1.2 Programa de visitação pública

5.1.2.1 Recreação e Ecoturismo:

- Planejar uma malha de trilhas, definindo estruturas para as mesmas, de maneira a garantir o adequado acesso aos atrativos;
- Definir e especificar a infraestrutura para visitantes e os equipamentos de apoio ao turismo;
- Definir normas para visitação pública, (atividades culturais, esportivas, turísticas, científicas, etc) incluindo temas como atividades de condutor, cobrança e disponibilização de ingressos, etc;
- Definir procedimentos que garantam a manutenção de níveis aceitáveis de visitação na UC e otimizem o atendimento ao público em termos de recepção, reservas, serviços e portarias;
- Definir mecanismo de operacionalização e manutenção da infraestrutura para visitantes e equipamentos de apoio ao turismo, incluindo análise das seguintes alternativas:
 - 1) Concessão única para um empreendedor;
 - 2) Concessões múltiplas, preferencialmente, para microempresários locais (que receberiam treinamento para operar suas concessões);
 - 3) Terceirização financiada pela cobrança de taxas de uso pelo próprio parque;
 - 4) Operacionalização direta pela administração do Parque;
 - 5) Estabelecimento de um corpo de voluntários visando o apoio às atividades pertinentes;
 - 6) Parceria com ONGs, OSCIPs ou Fundações.
- Identificar e recomendar medidas para disponibilização de novos atrativos no entorno do Parque, visando à diminuição da pressão sobre os atrativos da unidade.

5.1.2.2 Capacidade limite da visitação:

- Definir a capacidade limite de visitantes, por atrativo, através da metodologia LAC (limite de alterações aceitável), ou outra metodologia compatível ou mais eficaz;
- Definir os indicadores para monitoramento;
- Criar procedimentos para reavaliar e redefinir regularmente a capacidade de suporte.

5.1.3 Programa de educação e interpretação ambientalista

- Definir temas prioritários para interpretação e educação ambiental, bem como fontes de informações sobre o Parque e seus recursos a serem utilizados no desenvolvimento de atividades interpretativas e educativas, especificando os meios a serem utilizados para esse fim;
- Propor conteúdo temático para o Centro de Visitantes do Parque, com ênfase na exposição e interpretação dos aspectos dos recursos naturais, socioeconômicos, históricos e de educação ambiental;
- Identificar e propor parcerias com empresas do entorno que já possuam algum trabalho nesse sentido;
- Realizar um detalhamento de programa de capacitação da equipe da unidade em educação e interpretação ambiental.

5.1.4 Programa de Integração com o interior e entorno Relações Públicas:

- Definir atividades para divulgar o Parque e gerar apoio para sua proteção nos âmbitos local, estadual, nacional e internacional;
- Estabelecer diretrizes para um programa de comunicação interna e externa, bem como de marketing e divulgação da UC;
- Propor Plano de Comunicação Social (comunicação às partes interessadas).

5.1.4.1 Incentivo às Alternativas de Desenvolvimento:

- No âmbito deste Programa deve ser definida a estratégia para fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis no entorno do parque, principalmente atividades complementares à visita da própria unidade;
- Deve ser ainda apresentado o escopo de um programa de extensão para o entorno, com foco em práticas sustentáveis (incluindo a adequada utilização do fogo) e diversificação de atividades, integrando as ações dos órgãos ligados ao tema: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais (EMATER), entidades de ensino, pesquisa e extensão, Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR), SEMMA/PMOP, IEF, etc.), enfatizando a minimização de impactos na UC.

5.1.4.2 Cooperação Interinstitucional:

- Identificar possíveis parcerias para a conservação da unidade e seu entorno;
- Identificar possíveis fontes de apoio, incluindo o não financeiro, para a implantação e manutenção do Parque;
- Detalhar um programa de formação continuada voltada aos atores do entorno, direta ou indiretamente envolvidos na gestão da UC, visando à capacitação do conselho consultivo, considerando ferramentas participativas e abordando temas, como os objetivos da UC, maior compreensão dos processos ecológicos, etc.

5.1.5 Programa de operacionalização

5.1.5.1 Regularização Fundiária:

- Indicar áreas prioritárias para a regularização fundiária com base nos objetivos e necessidades da UC, utilizando os critérios de gravidade, urgência e tendência;
- Definir estratégia para prevenir futuras invasões da área do parque.
- Indicar áreas prioritárias no entorno da unidade para aquisição por parte de terceiros (Compensação Social, Florestal, etc), visando à proteção da UC;

5.1.5.2 Administração e Manutenção:

- Definir procedimentos para a administração da unidade e manutenção preventiva e corretiva de infraestrutura, materiais e equipamentos;
- Definir métodos e processos de trabalho padronizados (rotinas);
- Definir instrumentos normativos e executivos;
- Formatar, junto à equipe da UC, da SEMMA/PMOP, o Plano Operativo Administrativo e Financeiro Anual e Plurianual;
- Elaborar breve manual de organização e procedimentos;
- Definir procedimentos de monitoria e avaliação, com referência aos objetivos estabelecidos para a UC, propondo indicadores de gestão. Para cada um dos objetivos do Parque deverão ser estabelecidos metas e indicadores de melhoria da qualidade ambiental e de gestão. Os indicadores serão criados para os níveis estratégico, tático e operacional. Deve ser indicado o responsável pela sua mensuração e a periodicidade da coleta dos dados. Deverá ainda ser proposta uma sistemática de acompanhamento.

5.1.5.3 Infraestrutura e Equipamentos:

- Definir infraestrutura a ser implantada e/ou readequada na unidade para fins de administração, proteção, monitoramento, pesquisa e uso público;
- Definir com participação da equipe da UC, os locais específicos (dados georreferenciados), das edificações existentes e previstas para o parque;
- Definir critérios para a readequação das edificações existentes, de forma a atender funções adequadas ao manejo da unidade;
- Especificar os tipos e características arquitetônicas desejáveis destas estruturas no âmbito da definição de um pré-projeto;
- Definir os equipamentos necessários para aparelhar a unidade, incluindo aqueles ligados à prevenção e combate aos incêndios na vegetação.

5.1.5.4 Recursos Humanos:

- Definir ações que objetivem o nivelamento da equipe da UC e demais atores, com foco centrado nos objetivos de planejamento e metodologias a serem contemplados, por exemplo: DIPUC (Diagnóstico Participativo de Unidades de Conservação), elementos participativos de levantamento de informações, AER, conselhos, e metodologia do Plano de manejo;
- Definir funções e responsabilidades dos funcionários existentes em conjunto com a equipe da UC;
- Identificar as necessidades de desenvolvimento das habilidades e conhecimentos dos funcionários do parque. A partir da identificação dessas necessidades, deverão ser definidos os programas de capacitação – técnico, instrumental e comportamental.

5.1.5.5 Plano de Negócios:

- Levantar os custos das atividades (custos de operação e manutenção) e das receitas geradas atuais e potenciais visando à eficiência econômica da UC;
- Alocar, de acordo com as atividades a serem desenvolvidas imediatamente, os equipamentos, infraestrutura (com dimensionamento apropriado de acordo com a função e indicar localização) e recursos humanos (quantidade e qualidade) disponíveis e prevendo necessidades futuras dentro de um horizonte possível;
- Elaborar um Plano de Negócios para que a equipe da unidade, bem como seus parceiros, possam identificar fontes financiadoras (incluindo empreendimentos, ONGs, fundos de compensação ambiental, programas governamentais e instituições financeiras nacionais e internacionais);
- Adotar medidas para adequar a UC a essas oportunidades, e imprimir sustentabilidade financeira à UC, enfatizando a gestão local dos recursos obtidos, e incluir um detalhamento operacional e específico dos procedimentos para captação e administração dos recursos necessários;
- Elaborar orçamento e cronograma físico-financeiro para implementação do Plano de Negócios, com indicação das fontes de financiamento já

comprometidas com as atividades previstas para o curto prazo (12 meses), e indicação das prováveis fontes de financiamento para atividades a serem implantadas a médio e longo prazos (Obs.: todas as atividades, obras, aquisições e projetos definidos no escopo do Plano de manejo deverão constar deste orçamento).

5.1.6 Programa de pesquisa e monitoramento ecológicos

5.1.6.1 Pesquisa:

- Definir pesquisas de curto, médio e longo prazos, prioritárias para o manejo dos ecossistemas do Parque;
- Definir normas e procedimentos para a atuação de pesquisadores no parque;
- Propor parcerias com entidades de fomento à educação, pesquisa e extensão, no sentido de que as mesmas apoiem o direcionamento de pesquisas a temas adequados ao auxílio na gestão e manejo do parque.

5.1.6.2 Monitoramento ecológico:

- Definir os recursos naturais prioritários para monitoramento com base nos objetivos de manejo definidos para o parque;
- Definir os indicadores ecológicos e procedimentos para monitoramento, com base em praticidade e custos de monitoramento permanente;
- Definir indicadores ecológicos e procedimentos para monitoramento ambiental das áreas antropizadas (queimadas, degradadas, alteradas, erodidas, etc.);
- Indicar potenciais parceiros para realização do monitoramento ecológico.

6 Resumo Executivo

Para conclusão do processo, será elaborado um Resumo Executivo do Plano direcionado para o público em geral, com linguagem acessível e apresentando as informações de forma resumida e objetiva. Os seguintes temas devem ser contemplados: contexto regional, conceitos e objetivos da UC, legislações relacionadas, características gerais, mapas de localização, diagnósticos, zoneamento ambiental e programas de manejo, destacando sua importância para a conservação da sociobiodiversidade.

7 Aspectos preliminares relativos à legislação

O conjunto de legislações que será referência para elaboração do Plano de Manejo terá como base fundamental o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei Federal nº 9.985, de 2000, que institui os Planos de Manejo para as Unidades de Conservação e deu diretrizes para o manejo florestal, além de prever o planejamento participativo como método de fundamental relevância para gestão pública ambiental. Da mesma forma, e como parte mais recente deste mesmo conjunto de referências, integram esse arcabouço a Lei da Mata Atlântica (Lei 11.428/2006, regulamentada pelo Decreto 6.660/2008), que instituiu o instrumento do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, bem como o Código Florestal, Lei 12.651, de 2012, formando a base central para objeto do presente trabalho.

De forma ampla e complementar às legislações basilares, podemos elencar, ainda, o quadro de referência (Quadro 3-1), composto por 30 normas, entre Leis e Decretos, em diferentes temáticas. Em adição a estes deverão ainda ser observadas as resoluções do CONAMA, sempre a partir do contexto local de Ouro Preto.

Quadro 2-1 Legislação federal de referência

Norma	Ementa	Tema
Constituição Federal 1988	Constituição Federal	Geral
Lei 6.938/1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências	Política Nacional de Meio Ambiente
Lei 12.187/2009	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências	Mudanças Climáticas
Decreto 7.390/2010	Regulamenta os artigos 6º, 11 e 12 da Lei 12.187/2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras providências	Mudanças Climáticas
Lei 9.433/1997	Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Recursos Hídricos
Lei 10.257/2001	Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências - ESTATUTO DAS CIDADES	Política Urbana
Lei 12.651/2012	Dispõe sobre a Proteção da Vegetação Nativa – NOVO CÓDIGO FLORESTAL	Lei Florestal
Lei 12.727/2012 (antiga MP 571/2012)	Altera a Lei 12.651/2012	Lei Florestal
Decreto 2.519/98	Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica	Diversidade Biológica
Decreto 4.703/2003	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências	Diversidade Biológica
Decreto 4.339/2002	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade	Biodiversidade
Lei 11.428/2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências – LEI DA MATA ATLÂNTICA	Mata Atlântica
Decreto 6.660/2008	Regulamenta dispositivos da Lei 11.428/2006.	Mata Atlântica
Decreto 7.830/2012	Dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural, o Cadastro Ambiental Rural, estabelece normas de caráter geral aos Programas de Regularização Ambiental, de que trata a Lei 12.651/2012, e dá outras providências	Cadastro Ambiental Rural
Decreto 8.235/2014	Estabelece normas gerais complementares aos Programas de Regularização Ambiental dos Estados e do Distrito Federal, de que trata o Decreto 7.830/2012, institui o Programa Mais Ambiente Brasil, e dá outras providências	Regularização Ambiental
Decreto 7.029/2009	Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente"	Regularização Ambiental
Lei Complementar 140/2011	Regulamenta o artigo 23 da Constituição Federal (cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e competência comum relativas à proteção do meio ambiente)	Competência comum - Entes Federativos
Lei 9.985/2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências - SNUC	Áreas Protegidas
Decreto 4.340/2002	Regulamenta artigos da Lei 9.985/2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências	Áreas Protegidas

(continua)

Quadro 2-1 Legislação federal de referência (continuação)

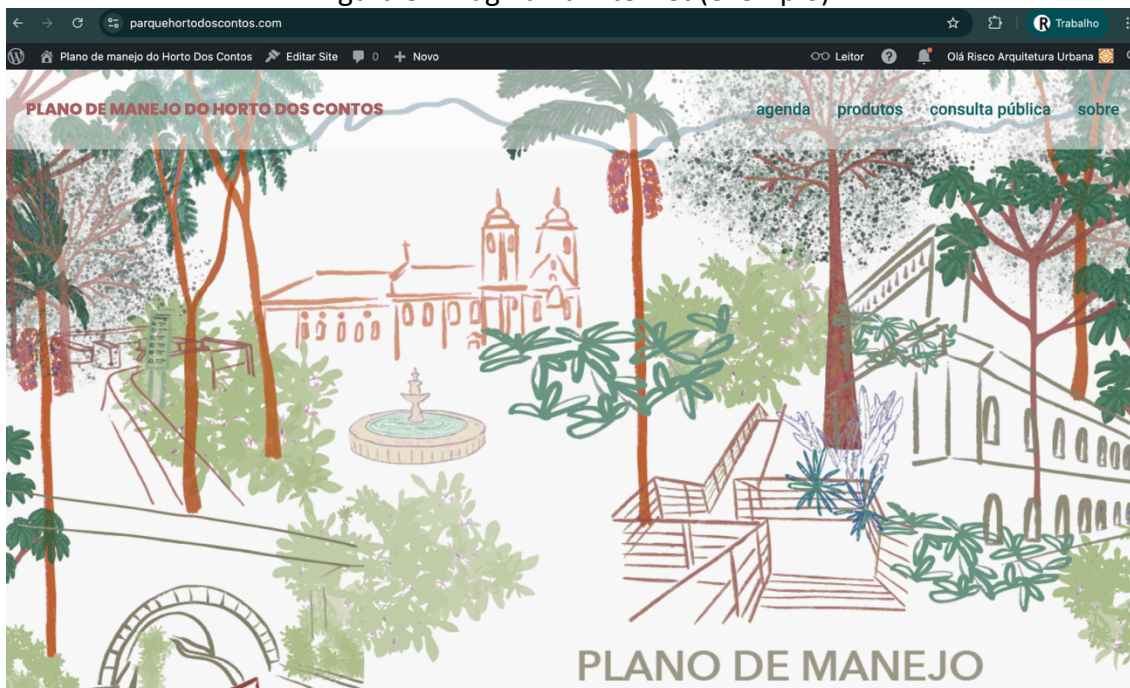
Norma	Ementa	Tema
Decreto 5.758/2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências;	Áreas Protegidas
Decreto 5.092/2004	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente	Áreas prioritárias para conservação
Lei 11.284/2006	Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis 10.683/2003, 5.868/1972, 9.605/1998, 4.771/1965, 6.938/1981, e 6.015/1973; e dá outras providências - LEI DE FLORESTAS PÚBLICAS	Concessão - Florestas Públicas
Lei 9.795/1999	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências	Educação Ambiental
Lei 9.605/1998	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. – LEI DE CRIMES AMBIENTAIS	Crimes Ambientais
Decreto 6.514/2008	Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências	Crimes Ambientais
Lei 11.326/2006	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais	Agricultura Familiar
Decreto 6.666/2008	Institui, no âmbito do Poder Executivo federal, a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE, e dá outras providências	Dados Espaciais
Decreto 6.040/2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais	Povos e Comunidades Tradicionais
Lei 10.650/2003	Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA	Publicidade das informações
Lei 10.711/2003	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças e dá outras providências	Sementes e Mudanças

Elaborado por RiscoAU 2025 - Adaptado de Roteiro para elaboração e implementação de PMMAs, Brasil, Ministério do Meio Ambiente, 2017 - Brasília DF, MMA, 2017.

8 Anexo 1: Identidade Visual e Material de Divulgação

Serão meios de divulgação a página na internet dedicada ao projeto, material gráfico digital para site e redes da Prefeitura e cartazes impressos.

Figura 8-1 Página na internet (exemplo)



Fonte: RiscoAU, 2026.

Figura 8-2 Arte gráfica e identidade visual



Fonte: RiscoAU, 2026.

9 Anexo 2: Pesquisa de Percepção Ambiental

A Pesquisa de Percepção Ambiental é uma atividade complementar às atividades participativas formatada para meio digital que envolve o preenchimento de formulário para levantamento de percepção dos munícipes acerca de diferentes aspectos ambientais no município e no Parque.

Embora resultados possam ser interpretados e trabalhados com diferentes parâmetros, estima-se que uma participação de 0,5% da população garanta representatividade de diferentes grupos e regiões do município. Para tanto, a Pesquisa de Percepção Ambiental deve ficar disponível para respostas por não menos do que 30 dias, sendo feito esforço ativo por membros do poder local, sites e redes oficiais para coleta das respostas. Meios adicionais de divulgação podem ajudar a ampliar o fluxo de respostas coletadas.

A Pesquisa de Percepção Ambiental abrange perguntas sobre o meio natural e antropizado bem como práticas cotidianas e percepções sobre ações da própria sociedade e do poder público, contribuindo para identificação de gargalos frentes de atuação.

10 Cronograma

O trabalho tem três principais etapas, seis produtos, e deverá ser realizado em até 360 dias, em 6 principais conjunto de atividades:

- Reunião de Coordenação (8 eventos)
- Reunião no Conselho de Meio Ambiente (5 eventos)
- Oficinas Participativas (6 eventos e 3 rodadas)
- Atividades de Levantamento Campo (1 evento + 1 campanha)
- Consulta Pública de Percepção Ambiental (1 evento)
- Audiência Pública (1 evento)

Conforme o seguinte cronograma

Etapa	Atividades	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
1	Reunião de Partida												
	Visita de Reconhecimento												
	Elaboração do Plano de Trabalho												
2	Entrega P1 - Plano de Trabalho (31/10/2025)												
	1º Ciclo de Oficinas (duas sessões) Mobilização e apresentação do PT à Comunidade (dias 25 e 26/11)												
	Entrega do P2 - Relatório de Oficinas e Apresentação do Plano de Trabalho (19/12/2025)												
3	Levantamento de Campo												
	Elaboração dos Mapas												
	Elaboração do Diagnóstico												
	Entrega P3 (parcial)												
4	Entrega P3 - Diagnóstico e Mapas (31/03/2026)												
	2º Ciclo de Oficinas (duas sessões) Diagnóstico e Pré Zoneamento												
	3º Ciclo de Oficinas (uma sessão)												
5	Entrega P4 - Relatório das Oficinas e Apresentação do Diagnóstico e Planejamento Estratégico (29/05/2026)												
	Elaboração do Planejamento Estratégico												
	Definição do Zoneamento e da Zona de Amortecimento do Parque												
6	Entrega do P5 (parcial)												
	Entrega do P5 - Planejamento Estratégico, Zoneamento e Zona de Amortecimento do Parque (31/07/2026)												
	Elaboração de Resumo Executivo												
6	Seminário para Entrega do Plano de Manejo												
	Entrega do P6 - Resumo Executivo (30/09/2026)												

Legenda

- Atividade com participação da Comunidade
- Vista de Campo e Levantamento
- Elaboração dos Produtos
- Entrega de Produto